

O GERENCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: um estudo introdutório

Maria Irani Mendes Maia¹
Jose Eudes Baima Bezerra²
Aline Nunes Paiva³

RESUMO

O presente texto busca elucidar as várias faces da gestão democrática no Brasil, desde o surgimento do termo, sua relação com a participação popular e redemocratização do país. Percorrendo toda essa trajetória, podemos observar os novos rumos que a gestão democrática tem assumido atualmente. Como forma de atender as exigências dos organismos internacionais aliada a crise estrutural do capital, tomou corpo na educação uma forma de gestão pautada na eficiência e eficácia, trazidas da empresa privada e utilizada como modelo nas escolas. O que tem mudado completamente as relações de trabalho no interior da instituição escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática. Gerencialismo. Educação.

ABSTRACT

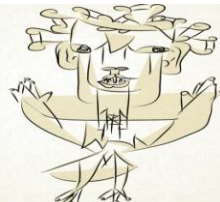
This paper seeks to elucidate the many faces of democratic management in Brazil, since the emergence of the term, its relationship with popular participation and democratization of the country. Going through all this trajectory, we can see the new directions that the democratic management has currently assumed. In order to meet the requirements of international organizations coupled with structural crisis of capital, took shape in education a form of management based on efficiency and effectiveness, brought from private company and used as a model in schools. What has completely changed the working relationships within the school institution.

Keywords: Democratic management. Managerialism. Education.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: iraniliviazeli@hotmail.com

² Doutor. Universidade Estadual do Ceará (UECE).

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE).



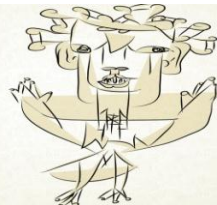
I. INTRODUÇÃO

No final do Século XX e limiar do Século XXI, temos presenciado no Brasil, vários debates nos quais a gestão democrática tem se tornado alvo de inúmeras discussões no cenário educacional. Isto em parte se deve a importância da mesma dentro da atual formatação da sociedade brasileira. Contudo, antes de qualquer análise superficial do tema é necessário conhecer como se deu o surgimento da gestão democrática, dentro da história da educação no nosso país. Neste sentido, vale lembrar que o Brasil passou por um período negro de sua história, “a ditadura militar,” período este marcado pela censura e violência extrema contra aqueles que questionavam o governo autoritário que impunha sobre a maioria a vontade de uma pequena parcela favorecida da população. força e violência da vontade de poucos. Esta realidade perdurou por longos 20 anos, nos quais os índices negativos acerca da educação apresentavam-se alarmantes. Esse modelo começou a causar um mal-estar na população e nos intelectuais (professores, profissionais liberais, etc) os quais procuraram romper com o sistema posto e lutaram por uma participação efetiva da população nos processos de decisão. A luta pela participação popular se torna mais visível nos movimentos de redemocratização vivenciados no Brasil a partir da década de 1980 e se efetiva com a Constituição de 1988 que institui a gestão democrática como um princípio do ensino público na forma da lei.

Nesse primeiro momento, a gestão democrática tem um caráter de reivindicação de direitos numa sociedade marcada pelo autoritarismo e pelas políticas elitistas, para Oliveira (2002 apud CAMINI, 2013, p.54)) o termo “gestão democrática da educação emerge significando a defesa de mecanismos mais coletivos e participativos de planejamento e administração escolar”. Por outro lado, surge a necessidade de reestruturação do país como forma de romper com o atraso vivenciado pelo Brasil, sendo necessário uma adequação à economia internacional, tomando corpo o debate em torno da necessidade da realização de uma reforma do Estado. Sobre isso Camini (2013, p. 59), explicita:

[...] a partir da metade dos anos 1980 também adquiriu força no Brasil o debate sobre a necessidade de reforma do Estado, nos aspectos relacionados à sua inserção na economia internacional, ao redirecionamento da máquina estatal, alegando a necessidade de modernização, tornando-a, assim mais ágil e eficiente.

Diante das exigências impostas ao país pelo mercado internacional, a gestão também vai assumir as características desse “novo tempo”, ocorrendo uma mudança de foco, pois, para Camini (2013, p. 59):



[...] o eixo central da discussão se deslocou da importância na participação da comunidade para a conquista de uma gestão participativa, para outra concepção de gestão das políticas públicas, o que apontou para a necessidade de reorganização das próprias instituições ou órgãos gestores, para que se adaptassem aos desafios postos pelas relações de mercado tais como a conquista da qualidade, da eficácia e da eficiência.

É seguindo esta perspectiva que assistimos, no Brasil, nos anos de 1990, uma busca incessante pela racionalidade financeira, que na prática significa uma redução nos gastos públicos, como também diminuição do tamanho do Estado, e consequentemente a abertura do país ao capital internacional, culminando em processos de descentralização, vistos agora como essenciais para colocar o país dentro da ordem social vigente, onde palavras como flexibilização, eficiência, eficácia vão se tornar frequentes e começam a fazer parte do discurso educacional.

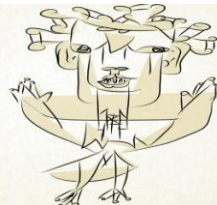
II. ANOS 90: MUDANÇAS DE RUMO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Sobre os moldes das políticas descentralizadoras efetivadas a partir da década de 1990, Frigotto (2003 apud CAMINI, 2013, p. 69), deixa evidente que: “a política de desmonte se faz mediante diversos mecanismos. As apologias da esfera privada, de descentralização e da flexibilização, como mecanismos de democratização e eficiência, são os mais frequentes.” O referido autor afirma ainda que “na prática, a descentralização e a flexibilização têm se constituído em processos antidemocráticos [...]”

E é nesse sentido que presenciamos no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) um aumento da internacionalização do mercado, um total reordenamento da estrutura social, a começar pela reforma do Estado proposta por esse governo, reforma esta totalmente inspirada no Consenso de Washington⁴, abarcando quatro frentes: 1) a reforma administrativa, supostamente para desburocratizar e reduzir a máquina estatal; 2) a reforma da previdência; as privatizações e 4) a publicização que, sob o pretexto de chamar a sociedade à participação, procura transferir as questões públicas de responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor. (Montanõ, 2012 apud, Camini, 2013, p.69).

Todas essas medidas contribuíram para a crescente fragilização do Estado, que se torna cada dia mais a mercê da ajuda de outros países, especialmente dos Estados Unidos devido ao crescente valor da dívida externa. Sendo necessário, portanto, uma

⁴ Fórum que reuniu os principais agentes do capital com o objetivo de achar lenitivos aos processos produtivos em crise, tendo o mercado como mediação básica, privatizando o patrimônio público e desregulamentando as relações de trabalho.



mudança efetiva em todo o setor educacional, pois, a partir de agora a educação tem o dever de proporcionar o desenvolvimento econômico do país, é ela a alavanca de superação das mazelas tanto sociais, quanto econômicas, e a responsável por colocar o país na era da globalização, da modernidade, sendo necessário para isso pensar-se outras formas de gestão, trazendo para a educação a visão da empresa. Ao fazer uma análise dessa questão, Camini (2013, p. 71), vai dizer que

[...] em relação ao setor educacional, com a proposta de inserir o Brasil no mundo globalizado, reforçou-se o discurso que vinculava o investimento em educação ao crescimento em educação ao crescimento econômico. Para os gestores educacionais alinhados à visão neoliberal, fazia-se necessária a definição de um novo padrão de gestão educacional, adequado às exigências das empresas e respaldados pela racionalidade e pela lógica do mercado.

Neste sentido, cada vez mais irá se configurar na educação os mecanismos utilizados nas empresas privadas, na verdade acredita-se que seja possível realizar a gestão das escolas e/ou da educação da mesma forma que se faz na empresa. Aqui presenciamos na verdade uma mudança drástica nas relações de trabalho, Clot, 2010, Daniellou, 2010; Habault 2009; Théry, 2010, salientam que no seio do trabalho atual, encontramos uma série de contradições na relação entre a gestão e o trabalho que depõe contra a qualidade do trabalho, contra a saúde dos trabalhadores e mesmo em médio prazo, contra os próprios objetivos almejados pela instituição ou empresa. Daqui em diante iremos vivenciar, no Brasil, uma perda nos direitos dos trabalhadores, conquistados pela luta histórica dos mesmos e garantidos pela constituição, como também uma drástica redução de salários seguido de processos de demissões em massa, o que necessariamente gerou altos índices de desemprego e um total desmantelamento do Estado. Tudo isso culminará num processo de privatização dos bens e serviços públicos, que marcarão profundamente a sociedade brasileira, bem como as formas de organização do trabalho. Não podendo ser diferente, a educação é também atingida pelo ideário privatizante almejado como saída para os problemas vivenciados no país. De acordo com Ormond e Loffler (1999 apud CAMINI, 2013, p.88):

[...] a introdução de princípios econômicos e gerenciais do setor privado no público não somente transforma as organizações do setor público envolvidas, mas também modifica em profundidade a natureza do Estado como um todo... Destacam que em todos os países que implementaram elementos dessa nova gerência, "não há caminho de volta para as antigas formas do Estado e da administração pública.

III. NOVAS FORMAS DE GESTÃO: GERENCIALISMO E EDUCAÇÃO



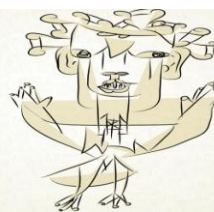
Diante das novas exigências postas ao Brasil, no sentido de vencer os obstáculos postos pela crise do Estado, surge o modelo gerencial como alternativa para os problemas vivenciados, sobre a administração gerencial, Pereira (2003, p. 29) vai dizer que a mesma

[...] emergiu na segunda metade do século XX como resposta a crise do Estado, como modo de enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como instrumento de proteção de patrimônio público contra os interesses do rent-seeking ou da corrupção aberta.

Esse modelo gerencial caracteriza-se por regras próprias e se baseia na descentralização, redução de gastos e na busca por eficiência e eficácia como receitas prontas a serem seguidas na obtenção de resultados almejados. Ormond e Loffler (1999 apud CAMINI, 2013, p.82) irão explicitar o seguinte, acerca da administração gerencial:

A administração gerencial é orientada para o cidadão e para obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e a inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos. Em termos práticos, implica-se “na ênfase na gerência de contratos, na introdução de mecanismos de mercado no setor público e a vinculação da remuneração com o desempenho”.

Como forma de justificar esse novo modelo de gestão, faz-se uma crítica severa ao antigo modelo de trabalho do serviço público e ao chamado Estado burocrático, considerando-os morosos e de péssima qualidade, visto que a maioria dos serviços oferecidos por eles se baseiam em rotinas e não visavam o cumprimento de metas e a obtenção de resultados como agora se exigem. É mister salientar que essa forma de organização da gestão irá trazer muitas mudanças principalmente na educação, pois, com essa visão perde-se a singularidade exigida nos processos de aprendizagem. Agora parte-se do princípio de que as metas pactuadas e os resultados a serem atingidos é o que há de mais sublime no ambiente escolar. O que importa é conseguir elevar o nível, pois isso significa dinheiro para a escola. O professor nesse contexto será o provedor para que o aluno alcance o resultado esperado não importando as condições de trabalho e sociais desses professores e muito menos dos alunos. Tudo simples assim, como receita de bolo e o mais grave é que essas medidas são impostas verticalmente, geralmente por pessoas alheias ao cotidiano escolar. Acerca dessas novas tendências da gestão da educação, Arroyo (2008 apud BEZERRA, 2010, p. 55) faz uma pertinente observação:

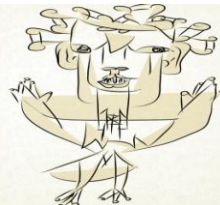


O que pensar destas miraculosas medidas? Quando o diagnóstico é superficial, não se acerta com a doença. Curandeiros que vêm de fora, de visita, ao campo tenso e problemático da educação pública, não conseguem enganar aqueles que por ano se defrontam com a gravidade dos crônicos problemas de nossa educação. Que tentam enfrentá-los na precariedade das condições do trabalho docente e discente. Estes neogestores passam rápido, se cansam de aplicar remédios ineficientes. Os milhares de profissionais das escolas públicas tão abandonadas continuarão fazendo o impossível para garantir o direito à educação básica aos filhos e filhas do povo.

Assim sendo, iremos presenciar na educação brasileira um novo modelo de gestão focada diretamente nos resultados, totalmente pautada em valores empresariais, onde perdeu-se a dimensão do que é qualidade em detrimento da quantidade e a tão propagada equidade cede lugar para o individualismo e o jogo do mercado. O que prevalece, portanto, é uma grande contradição desse novo modelo gerencialista de gestão que em sua aparência se diz democrática, mas que na essência visa a efetivação de uma educação totalmente vinculada aos interesses de mercado onde o individualismo e a concorrência são as suas bandeiras.

No atual cenário educacional brasileiro, podemos visualizar que as políticas e as formas de gestão implementadas buscam apenas elevação de índices a qualquer preço, pois como o Brasil segue orientações dos organismos multilaterais, principalmente do Banco Mundial, é reprodutor de suas diretrizes, que a cada dia mais investe no controle das decisões dos países periféricos, com pacotes já prontos para serem postos em práticas nas escolas. Não é à toa que desde a LDB 9.394/96, se evidenciou os mecanismos de descentralização e colaboração via municipalização do ensino fundamental, ao passo que os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) funcionaram como manuais a serem seguidos pelos docentes, no que concerne ao ensino. E vale salientar ainda que o Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação), é de certa forma uma exigência do BM, pois necessário se faz prestar contas dos índices educacionais a esta agência. A respeito dessas questões Garcia (2001, p. 14) vem alertar sobre

[...] a tendência de recentralização educativa no Brasil, com a intervenção desordenada nas estruturas dos sistemas estaduais e municipais de educação, criando formas de “colaboração” que pouco ajudam para o desenvolvimento do pacto federativo. No programa governamental proposto por Fernando Henrique, a ênfase nas questões de eficiência, da qualidade e da avaliação, entre outras, ganham destaque e estão de acordo com o figurino internacional anteriormente implantado em outros países do continente. A escola, como lugar onde efetivamente acontece a formação do aluno, é posta em evidência, o que justifica alguns programas tipo Dinheiro na Escola, Dia da Família na Escola, Parâmetros Curriculares Nacionais, etc. dentro de uma visão que poderíamos chamar de pedagógico-salvacionista, sem discutir em profundidade as causas que afetam a qualidade da educação oferecida nos estabelecimentos de ensino.

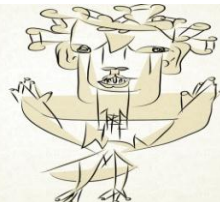


Na verdade, o que acontece na educação, é que decisões são tomadas no nível central via Ministério da Educação - MEC e estas decisões são delegadas aos estados e municípios para o cumprimento do que foi decidido, sem deixar margem para questionamentos ou desvios no que está sendo determinado, cabendo à escola e aos seus atores (núcleo gestor, professores, funcionários e alunos) adequarem-se para o cumprimento do que foi determinado sem a sua participação ou consentimento. Nessa mesma direção, Camini (2013,p.76) também faz importantes observações, ao afirmar que:

A recentralização na fixação de Parâmetros Curriculares e na criação de formas de avaliação do ensino (Saeb, Enem, ENC), revela a manutenção do controle sobre os sistemas educacionais. De acordo com Oliveira (2000, p.78) quem define o que serão examinado passa a deter o poder indutor sobre o conjunto do sistema educacional, sem ter que arcar com o ônus de eventuais insucessos na gestão pública.

A propaganda “participação” e a “descentralização” dos nossos sistemas de ensino, nada mais são do que delegar aos estados e municípios a responsabilidade pela educação, buscando parcerias com a sociedade civil e a comunidade escolar. O gestor agora é o responsável direto pelo sucesso ou insucesso da sua escola, o mesmo tem que garantir uma educação de qualidade com os poucos recursos que a escola recebe, diga-se de passagem para o ano inteiro e muito bem fiscalizados e já direcionados pelo MEC.

Desse modo, cada vez mais se consolidam mecanismos de descentralização, desresponsabilização, apregoados pelo discurso dominante como formas de se garantir uma educação de melhor qualidade. Porém com as novas formas de gestão que vem sendo impostas nas escolas públicas do país, pode-se perceber mesmo uma verdadeira apologia as formas empresariais de gestão, uma valorização exacerbada do que é privado em detrimento do público, como se o primeiro fosse perfeito e no segundo estivessem todas as mazelas do sistema educacional brasileiro, necessitando assim, extirpar o que é público, introduzindo a competitividade e a concorrência também na oferta dos serviços educacionais. Com isso fica evidente que a abertura para a introdução de formas concorrenciais competitivas na disputa de recursos públicos e na prestação de serviços à comunidade vêm se acentuando no âmbito do Estado, respaldadas pelas reformas ocorridas nos anos de 1990. Ficando assim definido, que a racionalidade e os critérios de mercado passariam a constituir novos referenciais de competência administrativa e pedagógica para as escolas e os sistemas de ensino, tudo fundamentado em teorias e modelos de organização e administração empresariais e burocráticos. Porém, uma das diferenças mais significativas nas reformas educacionais do período citado acima, está na “reconceituação” da gestão democrática.

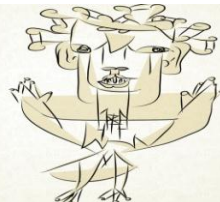


Podemos dizer que a tão propalada descentralização se apresenta como estratégia administrativa das reformas trazendo como principal eixo, a flexibilização e a desregulamentação da gestão pública, justificadas como melhoria no atendimento ao cidadão/contribuinte. O apelo à participação da sociedade civil, na verdade representa a introdução de mecanismos de mercado e preconizam a instituição das organizações sociais e dos contratos de gestão que vão interferir nos rumos que tomará a gestão da educação brasileira, tomando-a como algo pronto e acabado, um simples seguimento de manuais e técnicas. Tais transferências, significaram na realidade em alguns momentos, a busca por eliminar a luta política no interior das escolas, insistindo no caráter neutro da técnica e na necessária assepsia política da educação. (OLIVEIRA, 2001, p.96 apud CAMINI, 2013, p.77).

Culminando com todas as estratégias de gestão estabelecidas no seio da educação brasileira, os processos de avaliação externa dos estabelecimentos educacionais têm ganhado força e se tornado o carro chefe das políticas utilizadas educacionais contemporâneas, pois o resultados destas avaliações preconizam a obtenção de recursos financeiros em forma de prêmios para as escolas que conseguiram garantir a elevação dos níveis educacionais. Todo esse processo traz em si mudanças na forma de gestão, o foco sai do coletivo, do social e vai para o individual, delegando aos sujeitos, no caso gestores, professores e alunos a responsabilidade pelos resultados alcançados. Por constituir-se em uma política de natureza homogênea e como já vimos de exigida pelos organismos internacionais, imposta verticalmente às escolas, ignora-se assim todo o contexto social e as possíveis particularidades intrínsecas à cada unidade escolar, tampouco a questão da qualidade é considerada, visto que são os números que interessam. Quanto a isso Martins (2002, apud. CAMINI, 2013, p.74) observa que:

A respeito da legitimidade da avaliação externa do desempenho da rede escolar proposto pelos organismos internacionais, visando à aferição dos usos feitos dos recursos públicos, os modelos propostos são de âmbito mundial, por isso parecem não captar a complexidade da dinâmica intramuros escolares e tampouco suas características qualitativas, isto é, sua cultura, seus valores, a interação e os conflitos entre os pares e entre estes e a comunidade.

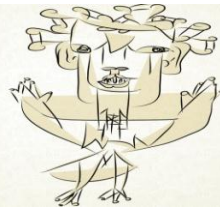
Notemos que tudo que está sendo feito no ambiente escolar surgem para reforçar demasiadamente os processos de descentralização e o descompromisso do poder público para com a oferta de educação pública de qualidade. O foco nos resultados assume definitivamente o papel de protagonista, em detrimento da qualidade almejada no ensino brasileiro. O modelo gerencial se consolida a cada dia mais na educação, a Gestão por Resultados (GPR) e a responsabilização são enfatizados como fórmula mágica para solução dos graves problemas enfrentados na educação.



A GPR é um modelo de gestão que muda a natureza da administração pública, centrando-se na aplicação de recursos públicos visando à produção para a obtenção de resultados. Os setores públicos utilizam recursos financeiros, humanos e materiais advindos dos impostos para a produção de bens e serviços (produtos) destinados à execução de objetivos de política pública (resultados). Os sistemas de avaliação medem o alcance dos objetivos e servem de base para definição de novas políticas. Assim sendo, de acordo com Bresser Pereira (apud CAMINI, 2013, p.83), enquanto a administração burocrática se baseia em processos, controles preventivos, controle dos procedimentos acreditando que está evitando o nepotismo e corrupção sem preocupação com a eficiência, a administração gerencial, por sua vez, adota outras estratégias, como a descentralização; a delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público, o rígido controle sobre o desempenho aferido mediante indicadores acordados e definidos por contrato, considerando que estes são modos muito mais eficientes de gerir o Estado.

A educação, nessa perspectiva, passa a ser considerada como mercadoria submetida às leis de mercado, os indivíduos envolvidos nesse processo (gestores, professores e alunos) perdem sua importância como sujeitos que se constroem historicamente e passam a servir de massa de manobra nas reformas estruturais necessárias à ação cada vez mais hegemônica do capital. E isso passa a ser sentido de forma muito evidente no trabalho docente onde cada dia novas funções e atribuições lhes são delegadas deixando os mesmos sobrecarregados. Acerca disso, Alves (2014) vai chamar a atenção para a inabalável crença no poder da gestão de modelar as escolas e o trabalho dos professores, onde estas formas de a conceberem, sublinharam um modelo de gestão no qual as deliberações eram verticais e unilaterais.

A grande crença de que a “nova gestão” e seus novos métodos e técnicas proporcionaria as mudanças necessárias aos problemas da educação, corroborando ainda de acordo com as ideias de Alves (2014), onde afirma que essa forma de conceber a gestão, trouxe como consequência, a criação de três formas de governo do trabalho na instituição escolar, a saber: especificado, dimensionado e conduzido. O que ele denomina como especificado se daria por meio da prescrição de tarefas via guias curriculares, projetos que já chegam pontos às escolas, já o dimensionado, aconteceria por meio de ferramentas que objetivam quantificar o trabalho do professor e o trabalho realizado pelo conjunto da escola, tornando-os mensuráveis (percentual de aprovação, número de projetos desenvolvidos, índices, metas, resultados da unidade escolar...) e por último, o que ele denomina de conduzido seria realizado por meio de incitação pecuniária, classificação das escolas, exposição dos resultados de avaliação etc. Nesse horizonte, o trabalho, no caso o



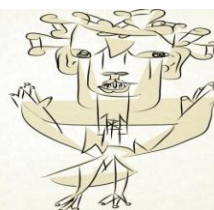
trabalho docente, se apresentaria - e isso no sentido literal do termo - como objeto da gestão, respondendo a seu interesse e modelado a partir de fora.

Vimos acima, a descrição da realidade educacional brasileira, marcada pelas reformas, visualizadas com a introdução da gestão empresarial onde acentuou-se a precarização do trabalho docente e por não dizer também um forte processo de coisificação das relações gerais de trabalho no ambiente escolar. Alunos e professores agora, são apenas números e se revestem de uma meta, um índice a ser alcançado, não existe mais qualquer pessoalidade e/ ou individualidade nesse processo, pois objetos e mercadorias não pensam, sentem ou amam, mas estão sempre a serviço do capital e de seus ditames. Eis, o que se tornou a educação no Brasil.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, após percorrermos o caminho das mudanças alcançadas na educação através de novos modelos de gestão implementadas através de reformas efetuadas pelo Estado. Cabe aqui esclarecer que o Estado que deveria ser o guardião dos interesses da maioria, na verdade nasce e se perpetua a cada dia como defensor do interesse da classe dominante e, nesse caso, representante dos interesses do capital. Assim sendo, as reformas implantadas na educação são nada mais nada menos do que a necessidade estrutural do capital de se adequar e sobreviver em tempos de crise. O Estado nunca ao pensar numa “reforma” para a educação se voltou para as necessidades reais da nação brasileira que tanto necessita de educação pública de qualidade, mas antes em garantir a hegemonia do capital e dos interesses de mercado, pois estes devem estar acima dos interesses coletivos, o Estado de direito que tanto se propaga, nos moldes postos não busca a defesa dos interesses das classes populares, não servindo assim para nos representar, pois é de sua natureza a defesa do opressor, sendo necessário repensar as suas funções na sociedade atual. Quanto a isso Garcia (2001, p.74) argumenta que: “[...] num Estado moderno o sistema educativo tem sua missão intimamente associada à construção da cidadania, de equalização de oportunidades e de aberturas de possibilidades para o crescimento, tanto individual quanto dos grupos socialmente organizados.”

Fica claro assim que o Estado e a sua política educacional como representantes dos interesses do capital andam na contra-mão da luta por uma ação educativa humanizadora e transformadora do sujeito. Vitor Paro (2005 apud CAMINI, 2013, p.87) referindo-se ao capitalismo e à sua visão gerencialista na educação, nos dá uma advertência quanto a essa relação de dominação, segundo ele:



[...] cabe observar que sob o capitalismo o fim último da empresa não é a simples produção de bens e serviços, mas a reprodução ampliada do capital através da obtenção de mais-valia, a que tudo o mais está subordinado, constituindo a produção de mercadorias apenas um meio para atingir esse objetivo. Através da gerência se instala todo um sistema de dominação e controle do trabalhador. Por essa razão, uma ação educativa transformadora é inteiramente antagônica ao processo empresarial por servir precisamente 'de instrumento de superação da dominação e da exploração vigentes na sociedade.'

Portanto, mais uma vez fica claro que está longe de vivenciarmos no Brasil situações democráticas onde os bens e serviços públicos estejam realmente a serviço dos desvalidos, do contrário, pautam-se em relações de dominação e subserviência do mais forte sobre o mais fraco e isso só irá mudar se houver uma luta dos excluídos no sentido de verem seus direitos efetivados na prática. Vale lembrar que não será fácil e nem se dará de forma pacífica, mais através de muita luta e resistência. Não esperemos que as mudanças ocorram de cima para baixo, visto que não é do interesse dos que detêm o poder, abrir mão de seus privilégios e proporcionar conquistas à classe trabalhadora, afinal, "a democracia é um processo que permanece em disputa, em fase de construção ainda hoje, no Brasil." (CAMINI, 2013, p.60).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Wanderson Ferreira. **Crítica à razão gestonária na educação: o ponto de vista do trabalho.** Revista Brasileira de Educação, v. 19. n. 56 jan-mar. 2014. p- 37 -59.

BEZERRA, J. E. B. **Princípio da Subsidiariedade, Cooperativismo e Educação: para a crítica da gestão participativa.** 2010. 385 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

ALBUQUERQUE, F. C. A. **Estado e Municipalização do Ensino no Ceará: entre o regime de colaboração e a lógica do ajuste estrutural: O Público e o Privado.** Fortaleza, CE: EDUECE, 2004.

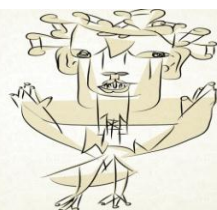
CAMINI, Lúcia. **Política e gestão educacional brasileira: uma análise do plano de desenvolvimento da educação/plano de metas compromisso todos pela educação(2007-2009).**-1ªed-São Paulo: Outras Expressões, 2013. 252 p.

GARCIA, Walter E. **Administração educacional em crise.** 2 ed. Rev. e ampl- São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 12).

**VII Jornada
Internacional
Políticas Públicas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

25 a 28 agosto | Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



**PARA ALÉM
DA CRISE
GLOBAL:
EXPERIÊNCIAS E
ANTECIPAÇÕES
CONCRETAS**

